

# O ministro que quer mandar

JOAQUIM CUNHA\*



> Assisti o País, estupefacto, à entrevista do ministro das Finanças na TV. Lá disse, alto e bom som, aquilo que há muito se sabia. Que as isenções fiscais, negociadas ou legisladas para a banca, eram uma enormidade. Que a taxa de tributação efectiva dos lucros deste sector era de cinco por cento (uma empresa normal paga 25). Que estimava a perda de receita fiscal destes favores em 600 milhões de contos.

É voz corrente dizer-se que quem manda no Ministério das Finanças é o sector bancário. Por muito menos foi queimado o ministro Pina Moura. Meteu-se com o lóbi financeiro, e este não deixa esqueletos no armário.

Portanto, à medida que evoluía a entrevista e a eloquência de Bagão Félix, a surpresa como arrojo de querer decidir e mudar era algo de novo. Sim, porque uma coisa é usar chavões, como o de dizer que há uma enorme fuga fiscal, para deixar subentendido que tal se passa apenas em empresas de menor dimensão, outra é chamar o problema pelo seu real nome.

E o que disse o ministro do momento? Que, à luz da lei, a nossa banca escolha lucros isentos de impostos

para o 'off-shore' da Madeira. Que, com base em decretos à medida, se cria isenções fiscais para as multinacionais. Que os benefícios em sede de IRS com produtos financeiros intragáveis vão acabar – aliás, estes produtos só têm interesse fiscal, não valem por si. E até esta evidência para qualquer economista foi pela primeira vez assumida por um ministro das Finanças.

Embora o discurso seja arrojado e corajoso, é na prática que vamos ver. Não só porque se trata de uma enorme perda de renda fixa para a banca mas porque uma coisa é dizer e outra é aplicar.

A questão do sigilo bancário será mais complexa. Não apenas em termos de garantias para os contribuintes mas por questões práticas. Uma primeira é saber a quem não interessa esta questão. Será às empresas "normais"? Não me parece. Mas, se calhar, negócios públicos e notórios que usam o imobiliário e outros activos como meio de lavagem de dinheiro são afectados. E estes negócios envolvem muitas vezes figuras públicas ou com poder sobre quem decide. Ora, o sigilo pode afectar gravemente estas operações e os seus reais beneficiários.

Claro que estas e outras questões são demasiado complexas para o Ministério das Finanças. Não lhe faltam bons quadros. Mas todos sabem as limitações de organização e equipamentos que possui. Entrar numa repartição e ver filas, sem serem atendidas, de pessoas que querem, imagine-se, pagar! Ser-lhes dito que o sistema informático não funciona!

Claro que numa organização onde as pessoas não são dirigidas para o cliente isto é normal. Inspectores de

finanças têm salários razoáveis mas não têm computadores. Não são aumentados - e sabem de contratações e reformas milionárias. Ora, gera-se um problema moral e de gestão. Assim não é possível dirigir e motivar seja quem for. Porque a equidade é uma função do Estado.

Claro que esta crónica sobre a despesa e sua cobrança não deve relegar para segundo plano o verdadeiro problema: o "Monstro". A despesa corrente não cessa de aumentar. Tal deve-se - diga-se claramente - não apenas ao custo fixo com o pessoal mas a despesas absurdas e desnecessárias muitas vezes efectuadas por comissários políticos. Que se preocupam com compras de carros mas não querem saber de computadores. É ridículo. Mas acontece. E o Governo sabe.

Fica mal a ministros da actual maioria ainda se queixarem do tempo de António Guterres. É que, infelizmente, começam a abundar os casos semelhantes, senão em dimensão pelo menos no tipo. E, francamente, dois anos e meio depois é um bocado tarde para imputar responsabilidades políticas. Melhor mesmo é cuidar do que têm sob tutela. Ou então quem vier a seguir descobrirá novas formas criativas de gastar o Orçamento do Estado. No qual bastava acabar com mordomias e incompetências. Ou impedir reformas e indemnizações sumptuosas a funcionários superiores para aumentar um pouco a todos os outros. Elementar para qualquer gestor. Difícil para todos os políticos.

\* Presidente da PME-Portugal  
presidente@pmeportugal.com.pt